

CAPÍTULO 5

.....

Gestão e instalação de infraestruturas esportivas



Assegurar espaço para a realização de esportes deixou de ser uma simples questão territorial para se tornar um desafio de planejamento, construção, manutenção e profundo conhecimento das modalidades esportivas

Infraestrutura esportiva corresponde ao conjunto de instituições e de instalações físicas destinadas a promover e garantir a prática regular de esportes. As instituições abrangem o círculo restrito dos clubes esportivos; as atuais "escolinhas", cada vez mais disseminadas; as redes pública e privada de ensino; as universidades e as entidades de gestão do esporte, em níveis municipal, estadual, nacional e internacional.

As instalações aqui em pauta abrangem tanto aquelas criadas exclusivamente para fins esportivos – ginásios, quadras, piscinas, hipódromos, campos de golfe, pistas de corrida – como aquelas destinadas à educação e ao lazer, mas utilizadas também para algum esporte.

Ainda se pode mencionar como parte da infraestrutura esportiva o conjunto de dispositivos legais relacionados ao esporte. No caso brasileiro, a Lei Agnelo Piva (Lei nº 10.264/2001) e a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006) garantem fundos e permitem considerável desoneração tributária às empresas que investem no esporte. Tais instrumentos legais favoreceram efetivamente a melhoria da infraestrutura esportiva no País na última década. Mas ainda estamos longe de alcançar patamares verificados nas nações desenvolvidas ou mesmo em países pobres nos quais o esporte é prioridade, como Cuba.



Enquanto na Europa há instalações esportivas disponíveis em espaços públicos, no Brasil a maioria é restrita a clubes ou associações



Brasil: uma história de ausências

O Brasil assistiu ao desenvolvimento espontâneo dos esportes quase sem a participação do poder público na construção da infraestrutura esportiva. As iniciativas governamentais sempre foram esparsas e insuficientes e, com exceção do futebol, continuam assim até hoje. É uma realidade histórica muito diferente dos Estados Unidos e dos demais países industrializados, ou mesmo dos países que vivenciaram a experiência socialista.

Na Europa, boa parte das instalações de infraestrutura esportiva ocorreu no período pós-Segunda Guerra Mundial, no contexto do chamado Estado de Bem-Estar Social (em inglês, *Welfare State*). Pelos princípios então estabelecidos, principalmente nos países saxões e escandinavos, desde o nascimento até a morte, todo indivíduo teria direito a um conjunto de bens e serviços garantido diretamente pelo Estado ou, indiretamente, por meio de regulamentação. Esses direitos incluiriam educação em todos os níveis – inclusive educação física, assistência médica gratuita, auxílio-desemprego, garantia de renda mínima e outros. Ou seja, o esporte seria um direito fundamental do cidadão.

O sistema de ensino incorporou a iniciação ao esporte e os bairros foram dotados de instalações esportivas públicas, de acesso franqueado à população, além de equipamentos espalhados por parques e praças. Na França, por exemplo, a natação é disciplina obrigatória na rede pública escolar e as escolas contam com piscinas para uso dos alunos.

Sem contar com o mesmo apoio, no Brasil, a grande maioria dos esportes se desenvolveu graças à livre iniciativa social, por meio de clubes e movimentos voluntários, como escoteiros, Associação Cristã de Moços e outras entidades não governamentais. O associativismo funcionou como o grande motor de todo o processo, iniciado em meados do século XIX, em que a elite da sociedade brasileira começou a superar o sedentarismo colonial, fruto do preconceito escravista contra qualquer esforço muscular.

No início do século XX, o remo e o turfe já haviam alcançado ampla popularidade no Brasil, sem qualquer apoio governamental. No Rio de Janeiro, a famosa reforma urbana do prefeito Francisco Pereira Passos criou, em 1904, na Praia de Botafogo, o Pavilhão Mourisco, para os remadores. Foi a primeira intervenção governamental brasileira no âmbito da infraestrutura esportiva. Todavia, foi um evento isolado na história da precária relação entre o poder público e o esporte no País.

O governo brasileiro somente se preocupou, de fato, com o esporte no Estado Novo (1937-1945), mas para intervir de forma autoritária, regulamentando federações e clubes. O modelo era inspirado no fascismo italiano. De base populista, Getúlio Vargas se concentrou no futebol, que passou a receber investimento público para iniciar a construção de grandes estádios.

A crônica omissão governamental, embora atenuada ultimamente, reduziu as possibilidades de a sociedade brasileira praticar esportes. Entregue à iniciativa esporádica de grupos, uma grande



parcela da população desconhece muitas modalidades esportivas, concentrando seus interesses e ações no futebol, com total predominância até a década de 1970.

E mesmo o futebol é praticado de maneira improvisada no famoso campo de várzea, a mais precária instalação esportiva possível. A propósito, nossa produção de talentos futebolísticos deve-se muito pouco à infraestrutura esportiva disponível. O verdadeiro segredo da potência mundial do futebol é a dedicação – cotidiana, apaixonada e inteiramente gratuita aos cofres públicos – de milhões de crianças e adolescentes. É da quantidade que extraímos a qualidade.

O brasileiro não é um futebolista de talento nato como sugere a retórica tão difundida. Para extrair da massa um craque, colocamos em ação um volume absurdo de indivíduos, que muitas vezes abandonam a escola para apostar num futuro reluzente ao alcance de poucos. Recursos humanos preciosos desperdiçados. Nenhum outro país do mundo possui um contingente demográfico tão numeroso investindo neste esporte, pois as nações mais populosas não têm o futebol como paixão e prática popular. É só por isso que somos o país do futebol.

O reflexo dessa “monocultura do futebol” é a escassez de infraestrutura esportiva geral. O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, possui 1.200 campos de futebol (sem contar os campinhos de pelada), porém, apenas 367 piscinas não residenciais, 270 ginásios e 39 pistas de atletismo, segundo o Atlas do Esporte 2005. Considerando uma população de 15 milhões de habitantes, isso se traduz em 12.500 fluminenses para cada campo de futebol, mas 41 mil para cada piscina disponível, 55 mil por ginásio e 385 mil pessoas para uma única pista de atletismo.

Mesmo o futebol está comprometido, pois a expansão urbana e a especulação imobiliária reduzem os espaços livres rapidamente, dando fim aos campinhos de pelada antes onipresentes na paisagem.

Os espaços esportivos disponíveis viabilizam os esportes, sejam temporários, como a quadra de vôlei de praia em frente ao estádio do Pacaembu (SP), ou permanentes, como os ginásios de competições oficiais



EM RESUMO

Sem apoio oficial para praticar esportes, a sociedade brasileira sempre dependeu de iniciativas privadas e não governamentais para ter acesso a uma infraestrutura esportiva. Por isso, uma grande parcela da população desconhece muitas modalidades esportivas, concentrando seus interesses e ações no futebol.



Espaço esportivo e contexto cultural

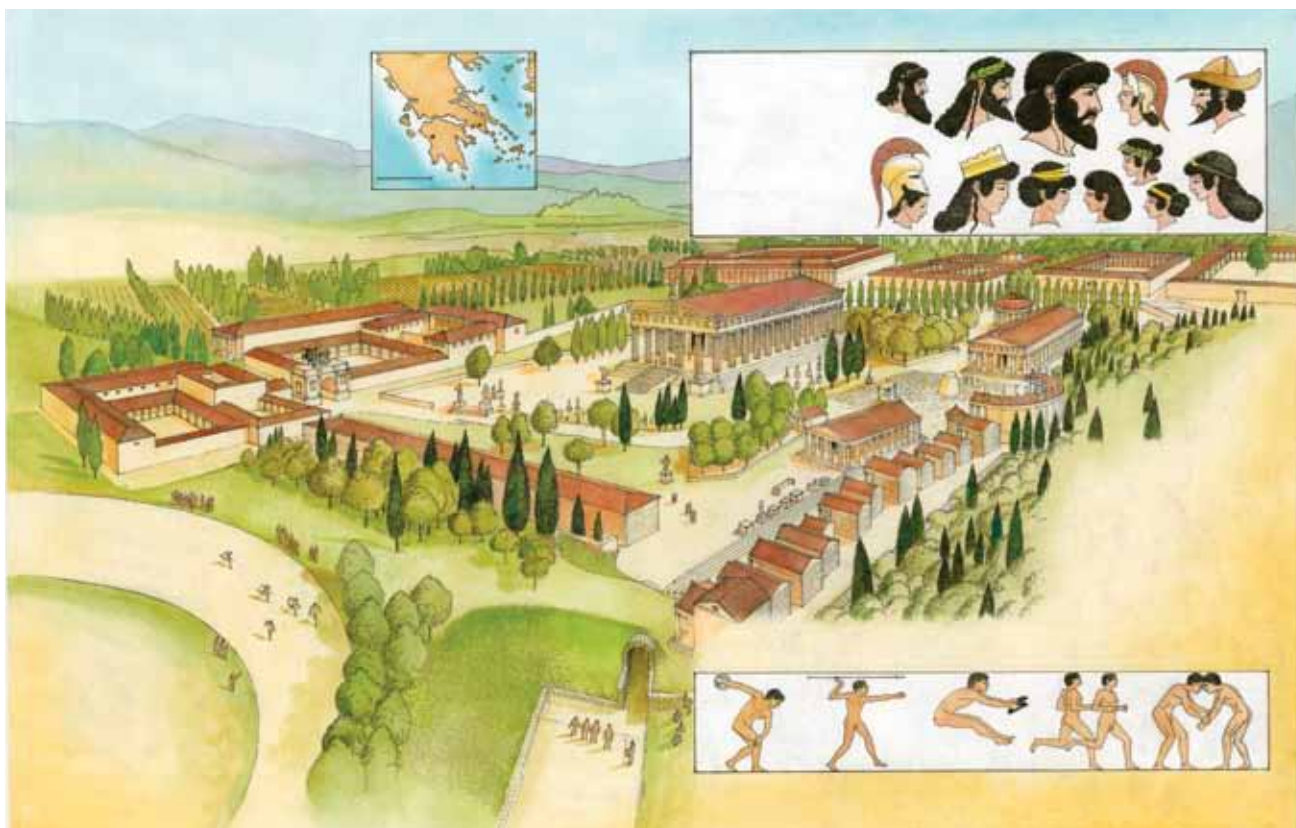
Para refletir de forma ampla e contextualizada sobre a infraestrutura esportiva e suas instalações é preciso considerar a noção de espaço esportivo, aqui entendido como o conjunto das condições do ambiente – natural e construído – disponível para a prática de esportes. Em outras palavras, o espaço esportivo abrange o local e as circunstâncias necessárias, definidas ou eleitas para cada uma das numerosas modalidades esportivas.

É por meio do espaço esportivo disponível que o esporte encontra as possibilidades concretas de sua existência e realização sistemática. O que não significa ignorar o imprevisto, as iniciativas individuais ou coletivas de prática esportiva em locais não destinados originalmente ao esporte, como a praia, as praças, as ruas, as calçadas, os rios, as florestas, as montanhas, só para citar alguns. Em suma, como afirmou o geógrafo Milton Santos, “o espaço é um convite à ação, mas também um limite à ação. A qualidade e extensão do espaço esportivo condicionam nosso acesso ao esporte, nossas possibilidades concretas de praticá-lo”.

Um primeiro passo na reflexão sobre a relação de cada esporte com seu espaço está na própria história dos esportes. Assim, podemos resgatar a origem de cada modalidade esportiva e verificar sua espacialidade preferencial, mesmo se a modalidade provavelmente decorre de antigas práticas humanas não esportivas.

Ao longo de milhares de anos, o homem primitivo desenvolveu conhecimentos sobre a dinâmica da natureza, as leis fundamentais da Física e também um repertório de práticas corporais necessárias à sua sobrevivência, como domesticar animais, montar neles para vencer distâncias ou percursos difíceis, transpor rios e galgar montanhas. Com o aprimoramento das técnicas e seu estabelecimento em cidades, paulatinamente esse repertório derivou para o campo do lazer e originou as mais diversas modalidades esportivas.





Na Antiga Grécia, as arenas esportivas ocupavam posições centrais nas cidades e a prática de esportes eram cerimoniais de beleza física e sacrifício

As práticas de sobrevivência se tornaram atividades desafiadoras – vencer rios de correnteza forte, galgar rochas íngremes, domar animais, caçar e pescar –, praticadas com o mero objetivo de diversão ou de reconhecimento. E mesmo as técnicas usadas durante conflitos ou guerras, em tempos de paz passaram ao contexto das competições entre os homens, individualmente ou em grupos: disputas pelo melhor desempenho na travessia das águas, demonstração da capacidade de domínio de animais, corridas, acuidade de atingir um alvo com uma flecha e várias outras habilidades corporais.

Todo esse processo de inovações pouco a pouco produziu espaços esportivos: um diversificado conjunto de lugares que a imaginação humana apropriou e apropriada como tal. Na literatura especializada, porém, por muito tempo, todas estas atividades ainda não mereceriam a designação de esporte. O termo, a rigor, vem do inglês *sport*, grafado pela primeira vez no dicionário Oxford, no século XV.

Com o advento da era Renascentista e a proliferação de estudos sobre o corpo e a biomecânica, toda uma filosofia de apoio à educação física começou a se expandir, ocupando mentes privilegiadas como Leonardo da Vinci, Montaigne e Francis Bacon, que estabeleceram exercícios físicos como ideal de uma educação cortesã. Um pouco mais tarde, no contexto do Iluminismo, a nobreza europeia já se habituara a praticar esportes leves, caracterizados pela destreza, precisão e equilíbrio gestual (elegância), como a esgrima, o arco e flecha, a equitação, o golfe e o tiro ao alvo, no âmbito do que podemos chamar de educação aristocrática. Com ela, o espaço esportivo voltou a se expandir e alcançou um sistema educacional em plena expansão.

No século XIX, o *sport* espalhou-se pelo mundo, no contexto do colonialismo britânico, inicialmente apenas como o uso de habilidades corporais para diversão. A palavra era eventualmente associada ao ato de competir, mas de forma branda, alegre e não obcecada pelo triunfo. Competir no sentido de buscar fazer melhor, ser



mais hábil, aprimorando a mira, o equilíbrio, a destreza, a agilidade, a acuidade visual e auditiva, enfim, treinar habilidades e exercê-las com prazer, visando a uma boa performance para desfrutar de prestígio no grupo social.

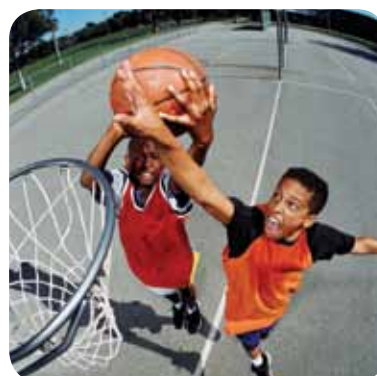
Entre 1820 e 1870, as escolas públicas inglesas funcionaram como laboratórios de invenção dos esportes modernos. Escolas e universidades compunham o novo palco de atividades físicas e jogos. Progressivamente se resgataram as práticas bárbaras populares, então codificadas com a intenção de reduzir sua violência intrínseca e, assim, criar os chamados esportes modernos. Diversos autores reconhecidos, como o sociólogo alemão Norbert Elias, defendem essa tese, inserindo essas mudanças esportivas na teoria do processo civilizador.

A literatura acadêmica consagrou a expressão *esportes modernos* para diferenciar as práticas atuais das atividades da Antiguidade ou daquelas consideradas jogos populares. Os esportes modernos não seriam diferentes dos anteriores no conjunto de modalidades praticadas, mas em sua natureza e finalidade (e isso também define um espaço esportivo).

Na antiga Grécia, os esportes se realizavam em um amplo cerimonial de beleza física e sacrifício. Os jogos populares primavam pela informalidade. Os esportes modernos, ao contrário, apresentam grande estrutura jurídico-organizacional, gestão burocrática, estatuto internacional, regras codificadas e minuciosas, além do aperfeiçoamento constante dos atletas em busca de recordes. Os esportes modernos realizam-se em espaços especificamente elaborados para cada modalidade, com medições e formas precisas. Estádios, ginásios, hipódromos e outros equipamentos padronizados espalham-se pelo mundo como produto e expressão da globalização.

Dentre as modalidades esportivas atuais, um grande número surgiu a partir do século XIX: futebol, futebol americano, rúgbi, ciclismo, voleibol, basquetebol, automobilismo, futebol de salão, esqui, alpinismo, handebol, tênis, surfe e tantos outros. A par dos motivos socioculturais já expostos, há que se realçar o aspecto material, decorrente da Revolução Industrial.

Novos produtos surgiram, como as bolas, prosaicos objetos redondos e inflados, fruto dos avanços da pneumática, fundamentais para a invenção de esportes coletivos hoje muito famosos. Também a indústria propiciou a fabricação de pranchas de surfe, embarcações esportivas diversas, armas para tiro esportivo, veículos sobre rodas, enfim, uma gama de invenções que multiplicou as possibilidades lúdicas da humanidade.



Os esportes modernos realizam-se em espaços específicos para cada modalidade, com medições e formas precisas

A onda de novas modalidades popularizou o esporte e expandiu enormemente a infraestrutura esportiva. Definiram-se campos de jogos coletivos, pistas de atletismo, estandes de tiro ou arco e flechas e por aí afora. Mas houve também um distanciamento da natureza. O geógrafo inglês John Bale identifica aí um processo de artificialização do espaço esportivo, com a criação de instalações (obras arquitetônicas) específicas para cada modalidade, numa passagem gradual da paisagem natural à paisagem esportiva ("From landscape to sportscape").

É notável, nesse sentido, que uma modalidade antiga, como o golfe (cuja origem é a Grã-Bretanha de 1608), prescinde de maior artificialidade. O golfe resulta da adaptação do lúdico à paisagem natural de campos verdes suavemente ondulados, típicos da Escócia. Embora hoje seja praticado em espaços projetados, tende a conservar as ondulações do terreno. Os demais esportes primam por espaços padronizados, pela retidão de linhas geométricas e do terreno como necessidade decorrente das regras e dos princípios da competição por mérito, de olho no cronômetro e nos tira-teimas, com mínima incidência do acaso ou do fator sorte no transcurso dos jogos.

Escolinhas de futebol atraem jovens em todos os cantos para o mais popular esporte do planeta

EM RESUMO

Diferentes do ritual de beleza e sacrifício das Olimpíadas na antiga Grécia ou da informalidade dos jogos populares, os esportes modernos são organizados em espaços artificiais, definidos por regras precisas, com especificações rígidas para cada modalidade esportiva. O objetivo é promover competições por mérito, isentas da interferência de fatores externos ao esporte.





A natureza como palco: esportes de aventura

Uma reação ao espaço esportivo artificial só surgiu nas últimas décadas do século XX, após muitas eras de progressiva desvalorização da natureza. Algumas práticas necessárias à sobrevivência do homem primitivo foram reinventadas para dar lugar ao empenho individual em superar desafios impostos pelas forças da natureza, tais como gravidade, pressão do ar, correntezas. É o caso do montanhismo, das regatas, do esqui, do surfe, do *rafting* e de tantos outros esportes hoje classificados como radicais, californianos, *X-games*, de aventura ou de natureza.

A retomada desse tipo de esporte coincide com a expansão da consciência ecológica e do espaço dos ambientalistas na mídia, nas escolas, na política. Mas no âmbito do lazer e dos esportes, o processo se manifesta na busca pela natureza como desafio, cheio de adrenalina, algo bem diferente da velha contemplação romântica das belezas naturais.

As novas modalidades surgem também como uma crítica ao esporte massificado, regrado, preso ao espetáculo, ao alto rendimento, à submissão do indivíduo ao coletivo. Preconiza-se uma prática corporal livre, individual, sem hora marcada, sem recordes (mas com muitos registros em fotos e vídeos).

A tecnologia industrial se mostra fundamental nesse movimento para assegurar um espaço de segurança contra acidentes e intempéries ou mesmo para fazer frente às mudanças climáticas. O esqui, por exemplo, atualmente dá a possibilidade de provisão de neve artificial, o que salvou, inclusive, o turismo esportivo nas estações de esqui afetadas pelo aquecimento global. O montanhismo conseguiu conquistar cumes antes inatingíveis graças ao uso de artifícios de segurança e instrumentos que viabilizaram as escaladas, além de possibilitar a instalação de acampamentos em locais inacreditáveis.

Novos materiais, novos equipamentos e novas roupas permitem ao esportista levar o próprio espaço pessoal na mochila para a prática, em ambientes naturais, de *canyoning*, rapel, *skydiving*, boia-*cross*, *hang gliding*, *bungee jumping*, *mountain bike*, tirolesa, *snowboard*, *windsurf*, *kite surf*, dentre outros. A lista é imensa e todos se alimentam de novidades tecnológicas.

Do ponto de vista da gestão da infraestrutura esportiva, as novas modalidades criam várias dificuldades. Ao lidar com a natureza de forma direta, arrojada e em locais remotos, os esportistas podem gerar impactos ambientais e se envolver em acidentes complicados. Os impactos são difíceis de monitorar exatamente porque os esportistas são itinerantes e prezam certa indefinição territorial na prática da modalidade. Em alguns casos, os impactos podem até atingir povoados, instalações turísticas e pistas tradicionais, como as avalanches provocadas por esquiadores e *snowboarders* extremos.

Praticado em locais remotos, o snowboard radical exige uma infraestrutura de resgate e prevenção de impactos ambientais (avalanches)



Em outros casos, a preocupação com a segurança obriga os gestores a instalar uma infraestrutura de apoio, socorro e resgate diferenciada e cara. Assim, a prática dos esportes de aventura parece dispensar instalações ao eleger a natureza como espaço esportivo, mas está muito longe do ideal de autonomia preconizado nas imagens sensacionais dos praticantes em ação. Que ninguém se iluda: atrás de cada salto, cada voo, cada conquista de um alto cume de montanha ou descida a uma profunda caverna submarina tem muita pesquisa e muita tecnologia.

A infraestrutura de apoio e resgate depende dos mesmos equipamentos usados na prática de esportes de aventura

EM RESUMO

Como reação ao excesso de regras e artificialidade dos espaços esportivos construídos e suas competições oficiais, atividades praticadas na natureza foram repaginadas como modalidades esportivas radicais e ganharam muitos adeptos nas últimas décadas. Para se libertarem das instalações esportivas, porém, esses novos esportistas de natureza precisam contar com uma infraestrutura bem montada de apoio, socorro e resgate.



Instalações esportivas: os estádios

Do Coliseu romano às sofisticadas arenas do século XXI, os estádios têm em comum a opção pelo esporte como espetáculo (*to play and display* = jogar e mostrar). São espaços feitos para abrigar diversão em oportunidades breves e personalizadas, porém frequentes, como percebeu o historiador norte-americano Gunther Barth. Essa relação entre intervalos de trabalho e de lazer propiciou a transformação do esporte em válvula de escape de tensões sociais, tendo o estádio como palco de multidões.

Enquanto espaço de sociabilidade, estádios são memória acumulada, vida coletivamente. Gigantescos templos de concreto, as grandes arenas são percebidas pelo criador da Psicanálise, Sigmund Freud, como uma dimensão sagrada, cujo formato circular evocaria o eterno retorno dos tempos, interpretação facilmente associada ao ciclo das temporadas esportivas. Eles cumpririam papel de espaço efêmero de comunhão da coletividade, algo semelhante ao exercido pela igreja nas pequenas vilas de outrora.

No Brasil, vimos que o Estado Novo introduziu a política de construção de grandes estádios, mas não apenas como espetáculo para alienação das massas. No contexto da ideologia do esporte como fator regenerador do caráter e da raça, tais estádios eram concebidos como espaços promotores da vida atlética. Não por acaso eram chamados de “praças de esportes”, pois formavam complexos esportivos, dotados de piscina, pista de atletismo e, às vezes, até escolas públicas, como no caso do Estádio Fonte Nova, construído em 1951, em Salvador.

Com os militares, pós-1964, o conceito de estádio mudou, tornando-se monoesportivo, apenas para o futebol. O governo Emílio Médici (1969-1974), auge da ditadura, foi também o auge da construção de estádios públicos no Brasil, incluindo arenas gigantes, como o estádio Rei Pelé, cujas arquibancadas, à época da inauguração, poderiam abrigar toda a população de Maceió, onde está situado.

Por seu porte e centralidade, os estádios constituem a principal expressão visível da magnitude que alcançou o futebol, no Brasil, como o esporte das multidões. Contando com amplas arenas, ampla cobertura midiática e subsídio governamental, há décadas atraem público numeroso, constituindo uma das principais diversões populares. Nos estádios, frequentemente lotados, o povo desenvolveu rituais próprios, carnavalescos, ruidosos e coloridos, um cenário de festa ritualizada, como afirma o antropólogo francês Christian Bromberger.



De cima para baixo: o Coliseu Romano (Itália); o estádio Mineirão e o ginásio Mineirinho (Belo Horizonte); o Maracanã (Rio de Janeiro) e demais instalações esportivas; e o estádio Aloysio Ferreira (Porto Velho)

Todavia, no mundo, esse espaço de festa popular começa a se transformar, principalmente em nome da segurança. No final dos anos 1980, a tragédia de Hillsborough obrigou a Inglaterra a repensar suas instalações. Devido ao péssimo estado de conservação e à superlotação do estádio de Hillsborough, na cidade de Sheffield, 96 torcedores do time do Liverpool foram mortos, esmagados contra as grades.

As reformas iniciadas na Inglaterra foram adotadas em outros países e nortearam as construções especialmente projetadas para jogos mundiais, como os da Copa. Após muitos anos de constante expansão, em quantidade e tamanho, alguns estádios encolheram, apresentando significativa redução de sua capacidade, mas incluindo outros serviços para garantir o conforto do torcedor, como cobertura das arquibancadas, mais banheiros, lanchonetes, restaurantes, telões, estacionamentos, acessos diferenciados às arquibancadas e conexões com transporte público.

A introdução de grandes patrocinadores e o advento da receita proveniente das transmissões dos jogos (outora gratuitas) modificaram radicalmente a economia do futebol. Os ingressos nos estádios deixaram de ser a principal fonte de rendimentos dos clubes e federações e, conseqüentemente, os estádios lotados tornaram-se menos necessários.

Também foram introduzidas mudanças com o objetivo de evitar os conflitos entre torcedores e minimizar a ameaça à integridade física dos jogadores, convertidos em valiosos astros milionários na nova economia do futebol. No plano da arquitetura interna, no Brasil, o setor popular foi banido das grandes arenas modernas. Com ingressos mais baratos, esse setor ficava bem próximo ao campo de jogo e permitia a participação ativa dos torcedores, pois seus gritos chegavam aos ouvidos de quem estivesse em campo, bem como os objetos eventualmente arremessados.

O conceito moderno de “estádio-todos-sentados” (*all-seated stadium*) distancia o torcedor do jogador e é considerado aprisionante: não apenas impede a circulação carnavalesca de outrora, como obriga os torcedores a permanecerem sentados, sob a vigilância de um sistema de câmeras. Em síntese, o evento esportivo adquiriu alto grau de previsibilidade, em um verdadeiro espaço disciplinar. Nesta nova realidade, o torcedor se converte em espectador-consumidor, porém com serviços diversos à mão: comércio, restaurantes, hotelaria.

A segurança e o conforto são importantes, sem dúvida. Mas como evitar que a nova geração de estádios controle a emoção, a euforia, o calor humano e a livre expressão coletiva lúdica, traços tão característicos da experiência acumulada no Brasil? E como evitar que se tornem espaços elitizados, para poucos? Enfim, como compatibilizar segurança e alegria?

EM RESUMO

Com amplas arenas, muita mídia e subsídio governamental, os estádios de futebol estão frequentemente lotados e o povo desenvolveu rituais próprios, ruidosos e coloridos para assistir aos jogos. Questões de segurança e conforto, no entanto, começam a mudar essas instalações, implementando novos mecanismos de controle da interação público-jogadores.



Megaeventos esportivos: oportunidade e risco

Nas últimas três décadas, os megaeventos esportivos se tornaram estrelas da atual sociedade do espetáculo, conforme define o escritor francês Guy Debord. São jogos com volumosos recursos públicos e privados e fabulosa cobertura midiática, com a mobilização de quase todos os países afiliados às duas principais entidades organizadoras internacionais, a Federação Internacional das Associações de Futebol (Fifa) e o Comitê Olímpico Internacional (COI). Poucos rituais merecem tanto o desgastado adjetivo “globalizado” quanto os megaeventos esportivos.

Os jogos são organizados em conjuntos de competições periódicas, geralmente quadrienais, abrangendo os Jogos Olímpicos de Verão, os Jogos Olímpicos de Inverno e a Copa do Mundo de Futebol Masculino, cujo alcance é planetário, e eventos de alcance regional/continental, como os Jogos Pan-Americanos, os Jogos Asiáticos, os Jogos da Comunidade (Britânica), a Eurocopa (futebol) e, em menor grau, os Jogos Africanos, além dos Jogos Paraolímpicos, também de alcance mundial, porém com menos cobertura da mídia.

As necessidades de infraestrutura para abrigar esses jogos aumentam constantemente para acompanhar o crescimento do interesse do público, do número de atletas participantes e da quantidade de modalidades oficializadas. Com isso, é grande sua capacidade de impactar as cidades onde são realizados, de forma positiva ou negativa, dependendo da habilidade de governantes e empreendedores em aproveitar as oportunidades que se apresentam. Para conquistar o direito de se tornar provisoriamente o grande centro midiático global, os governos de países e cidades se esmeram na construção de projetos fabulosos, nem sempre adequados às suas necessidades e às suas possibilidades.



O Soccer City Stadium de Johannesburg, na África do Sul, iluminado para a final entre Espanha e Holanda, na Copa 2010

O desafio do Brasil na realização da Copa 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016 é criar uma infraestrutura que não termine como a Vila dos Jogos Panamericanos



Desde os anos 1990, o governo brasileiro se empenha no sentido de atrair e realizar aqui algumas dessas grandes competições esportivas internacionais. Em 2002, conquistou o direito de ser sede dos Jogos Pan-Americanos, realizados em 2007, na cidade do Rio de Janeiro. Em 2007, definiu-se como país-sede da Copa do Mundo, em 2014 e, em outubro de 2009, confirmou a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, também no Rio de Janeiro. Comemorações à parte, é importante refletir sobre essa decisão governamental, seus custos, suas implicações, os formatos organizativos e os efeitos, na sociedade e no território.

O desafio central é dar conta de criar toda uma infraestrutura material onerosa. Fifa e COI são muito exigentes em relação às instalações esportivas, tanto em sofisticação quanto em dimensionamento. É obrigatório investir em campos e pistas específicos para atender a várias modalidades, muitas das quais nem são praticadas no País, ou construir arenas, superdimensionadas para a demanda local, para uso em um evento de um mês de duração.

Sem contar a infraestrutura de transporte e acomodação dos atletas, treinadores, juízes e demais participantes, além de torcedores nacionais e internacionais. O planejamento geral deve incluir variáveis de sustentabilidade ambiental e econômica para muitos anos após a efetiva realização dos jogos. Se existe um megadesafio diante de urbanistas, arquitetos, pesquisadores e engenheiros, é o de conseguirem pensar, juntos, em soluções que funcionem antes, durante e bem depois do megaevento, com ganhos para as cidades-sede e para o País.

Não faltam bons e maus exemplos para estudar nos países que sediaram os últimos jogos. Em 2004, Portugal realizou a Eurocopa e cumpriu à risca a tarefa de erguer belos estádios. Hoje, seu primeiro ministro reconhece que, para alguns deles, não resta outra opção senão a demolição. Os estádios de Braga, Leiria, Coimbra, Aveiro e Faro, juntos, geram aos respectivos municípios um custo de 13 milhões de euros ao ano, somando a dívida assumida quando da construção e a manutenção. Para não herdar um passivo imenso, é preciso atentar até para a escolha das cidades-sede, avaliando se elas têm mercado local ou regional consistente para garantir afluência regular e maciça de espectadores.

Também é preciso aprender com os erros dos Jogos Pan-americanos de 2007, cuja vila destinada aos atletas apresentou diversos problemas e hoje está abandonada. Um destino bem diferente da vila olímpica de Barcelona, construída para os Jogos Olímpicos de 1992, que virou um bairro com visitação turística e uma referência mundial na separação e destinação de lixo, por exemplo.

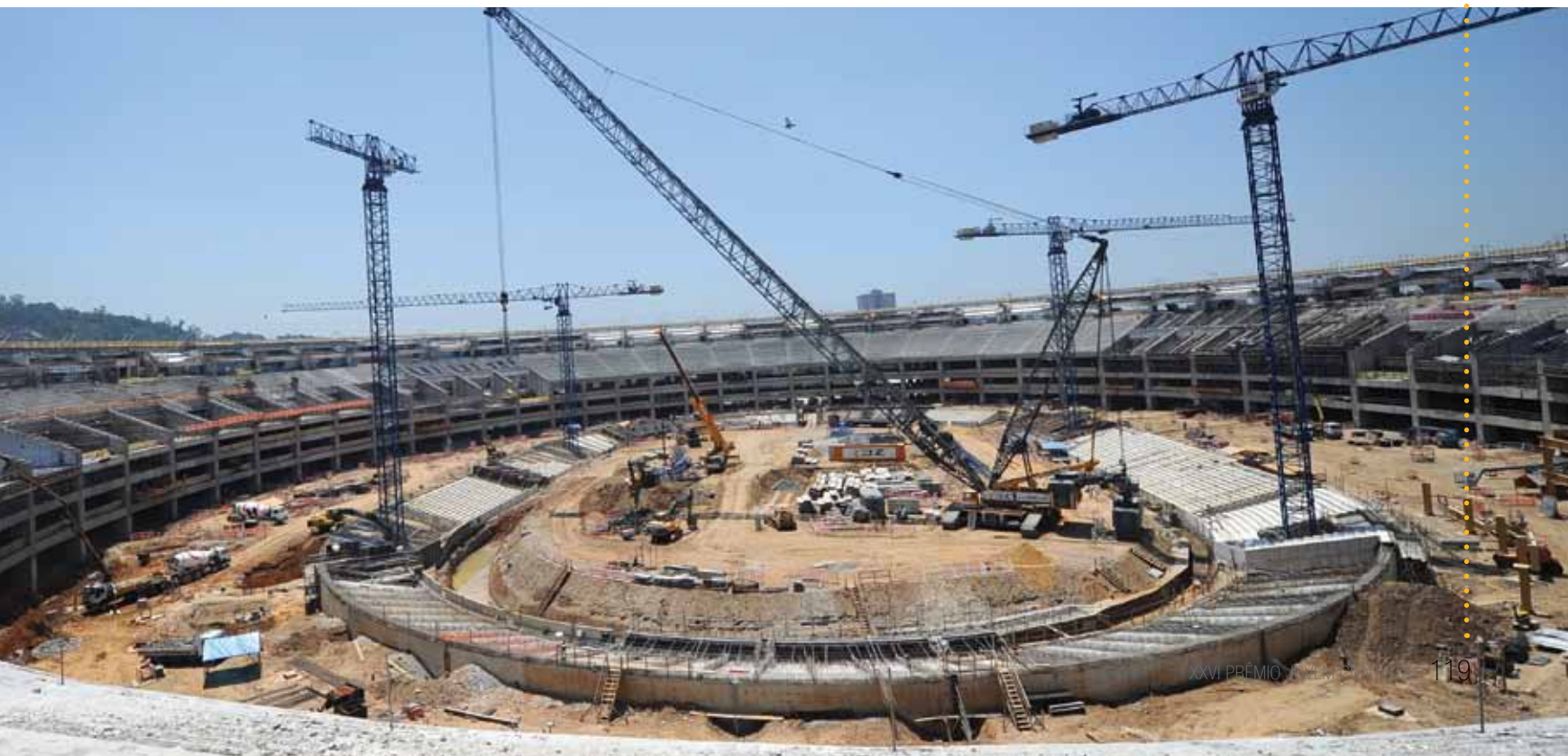
No Pan-2007, os planos incluíam obras não realizadas na Marina da Glória, na Lagoa Rodrigo de Freitas (estádio de remo) e nas lagoas da Barra da Tijuca (despoluição). Para os Jogos Olímpicos 2016, esses planos voltaram à pauta, acrescidos de exigências de melhoria na infraestrutura urbana geral. O investimento em projetos eficientes, desta vez, deve merecer tanta atenção quanto os próprios jogos para não se insistir em fiascos comprovados.

Na Copa 2014, o Brasil corre o risco de repetir (em dose ampliada) os mesmos erros. Cidades como Natal, Manaus, Brasília e Cuiabá, cujos clubes estão muito distantes das primeiras posições nos campeonatos nacionais, produzirão estádios sem a menor garantia de sustentabilidade econômica. A Alemanha, em 2006, gastou 12 vezes mais do que na Copa de 1974. A África do Sul gastou mais do que o dobro dos alemães. E nós gastaremos, no mínimo, o quádruplo da edição de 2010. O que produziremos como legado para a sociedade e para o País?

O Brasil não investiu historicamente na infraestrutura esportiva. Nossa sociedade pratica pouco e poucos esportes. Antes de abrigar os Jogos Olímpicos, precisaríamos ao menos de duas décadas de investimento público maciço na promoção de esportes para formar uma geração vitoriosa, com público garantido para as novas instalações esportivas. Sem esse período de planejamento, é urgente investir na criatividade e mobilizar a academia e as instituições de pesquisa na busca de soluções concretas. Algumas cidades recorreram à criação de instalações temporárias para reduzir custos de manutenção após o evento, porém, terão de lidar com técnicas seguras de montagem e desmontagem, além de garantir conforto e segurança no período de utilização e atender aos regulamentos de cada modalidade esportiva.

No total, gastaremos mais de 40 bilhões de reais em infraestrutura esportiva. É muito dinheiro, o que exige ideias novas e um planejamento minucioso para evitar desastres e ter um retorno satisfatório. O desafio está lançado.

Obras do estádio do Maracanã no Rio de Janeiro



▼ **Desafio: Planejar é preciso**

- ▼ E se fosse possível propor uma solução arquitetônica capaz de aproximar o público dos jogadores nos novos estádios da Copa 2014, sem colocar em risco a segurança das partidas? Ou criar um novo sistema de estacionamento e transporte público que tornasse o acesso das torcidas mais fácil e seguro?

Se as instalações dos Jogos Olímpicos de 2016 estivessem ao seu encargo, quais seriam suas prioridades na arquitetura dos ginásios? E nas pistas? Como conciliaria o espaço exíguo com tantas modalidades esportivas?

Convoque seus alunos a criar soluções para esses problemas e exponha as ideias em um painel para a discussão de toda a comunidade escolar. Incentive os alunos com as ideias mais elaboradas a inscrevê-las no Prêmio Jovem Cientista.



▼ ◀ **EM RESUMO**

As demandas de infraestrutura para abrigar megaeventos esportivos aumentam constantemente, multiplicando os custos a cada nova edição. As Copas e os Jogos Olímpicos mobilizam um público crescente e uma grande quantidade de atletas e modalidades esportivas, impactando as cidades onde são realizados e a economia dos países-sede. Por isso, é preciso planejar muito e contar com novas soluções de arquitetura, urbanismo e engenharia.



PARA SABER MAIS

Linha de Passe

(Brasil, 2008) – Longa-metragem dirigido por Walter Salles e Daniela Thomas. Conta a história de um garoto pobre que sonha ser jogador de futebol. Retrata o improviso e o sistema de peneiras que garante a qualidade do futebol brasileiro. Trailer: <http://www.youtube.com/watch?v=htb3pX-6CVA>

127 horas

(127 hours, EUA, 2010) – Longa-metragem coescrito, produzido e dirigido por Danny Boyle. Reproduz a história real do montanhista Aron Ralston (interpretado por James Franco), que ficou com o braço preso em uma rocha no Robbers Roost, em Utah, em abril de 2003. Trailer legendado: <http://www.youtube.com/watch?v=YriKOWCnTzs>

Limite Vertical

(Vertical Limit, EUA, 2000) – Longa-metragem dirigido por Martin Campbell. Equipe de escaladores enfrenta condições de tempo adversas ao tentar alcançar o cume do K2, a segunda montanha mais alta do mundo. Após uma série de desastres, eles ficam presos na montanha e precisam de uma equipe de emergência com muita experiência para o resgate. Trailer: <http://www.youtube.com/watch?v=trp5hxov5tc>

Adventure Sports Fair: www.adventurefair.com.br

Site oficial da Copa 2014: www.copa2014.gov.br na seção 'Cidades-Sede e Arenas', você encontra informações sobre os estádios e a infraestrutura para receber a Copa.

Portal de informações e notícias sobre a infraestrutura da Copa 2014, organizado pelo Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco) e pela Editora Mandarim – www.portal2014.org.br

Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016: www.rio2016.org

Revista Scripta Nova online: Artigo de Katia Rubio, da Universidade de São Paulo – Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-85.htm>

CONSULTE O KIT PEDAGÓGICO

Este capítulo está relacionado ao **Plano de Aula 6** e às **Fichas de Atividades 10** (Instalações esportivas e sustentabilidade) e **12** (A prática esportiva para deficientes)